Lista de Abreviaturas 11

Lista de Siglas 13

Apresentação 15

Prefácio — Arnaldo Süssekind 17

Introdução 21

CAPÍTULO 1. Breves noções sobre o direito de personalidade 23

CAPÍTULO 2. Intimidade e fiscalização nas relações de trabalho 29
2.1. O direito à intimidade da pessoa do trabalhador 34
2.2. O direito do empregador à prova 42

CAPÍTULO 3. Mecanismos de monitoração do trabalhador no âmbito do trabalho 48
3.1. Monitoração audiovisual 60
3.2. Monitoração telefônica 71
3.3. Monitoração telemática 78

CAPÍTULO 4. A prova pré-constituída no processo civil e trabalhista 87

CAPÍTULO 5. A celeuma em derredor da colisão dos direitos fundamentais do trabalhador e o exercício do poder de direção do empregador 91

CAPÍTULO 6. A problemática da prova ilícita no processo do trabalho 97
6.1. A utilização ilícita dos aparelhos de escuta pelo empregador como meio de prova 107

CAPÍTULO 7. A importância do princípio da proporcionalidade em matéria de prova 109
7.1. A relevância da boa-fé dos contratantes na relação de emprego e o uso dos instrumentos informáticos, telemáticos e audiovisuais 121
7.2. Modelo de autorização expedida pela Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) 131

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO 8. A problemática na jurisprudência portuguesa, espanhola, italiana e brasileira 135

CAPÍTULO 9. Instrumentos jurídicos internacionais 145
9.1. Organização Internacional do Trabalho (OIT) 145
9.2. Declaração Universal dos Direitos do Homem 146
9.3. A carta dos direitos fundamentais da União Européia 147
9.4. Convenção européia para a proteção dos direitos do homem e das liberdades fundamentais 150
9.5. Directiva n. 95/46/CE sobre a vigilância das comunicações electrônicas no local de trabalho 151
9.5.1. Princípios gerais aplicáveis à monitorização do Correio Eletrônico e do Acesso à *Internet* 152
9.5.1.1. Necessidade 152
9.5.1.2. Finalidade 152
9.5.1.3. Transparência 153
9.6. Princípios sobre a privacidade no local de trabalho 153

Conclusão 161

Bibliografia e Jurisprudência 165

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br